

LEGISLATIVO

# Eleição confirma o Centrão no comando do Congresso

De perfil pragmático, Alcolumbre evitou levar adiante sanções ao Judiciário e ao Executivo. Já a ascensão meteórica de Motta ao cargo é reflexo de intensa articulação

## » SENADO | DAVI ALCOLUMBRE (UNIÃO BRASIL-AP)

» ISRAEL MEDEIROS

De volta à presidência do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) iniciou cedo a sua trajetória na política. Nascido em 1977, tem 47 anos e começou a vida pública em 2001, quando foi eleito vereador de Macapá. Chegou à Câmara dos Deputados dois anos depois, em 2003. Alcolumbre foi reeleito duas vezes e exerceu mandato como deputado federal até 2014, quando se elegeu senador aos 37 anos — à época, o mais novo do país.

Venceu a disputa pela presidência do Senado em 2019, aos 41 anos, durante o governo de Jair Bolsonaro, com os votos de 42 de 81 senadores. Naquele ano, na Câmara, Rodrigo Maia (à época, no finado DEM) vencia a disputa na Câmara para um terceiro mandato.

De perfil pragmático, Alcolumbre evitou levar adiante sanções ao Judiciário e ao Executivo. Em 2021, na reta final de seu mandato, arquivou todos os pedidos de impeachment contra ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e contra o então procurador-Geral da República, Augusto Aras, que estavam sob análise da presidência do Senado. Foram 36, ao todo.

Era um momento político diferente. À época, a direita ainda começava a se organizar contra o Supremo, que, posteriormente, com o incentivo do presidente Bolsonaro, virou o grande alvo da militância, em uma escalada que culminou nos ataques antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023.



Ainda em 2021, Alcolumbre conseguiu eleger seu sucessor, o senador Rodrigo Pacheco (MG), à época, seu correligionário no DEM e que, posteriormente, se filiou ao PSD, de Gilberto Kassab. Embora tenha deixado a presidência do Senado, Davi Alcolumbre conseguiu manter sua influência política nos bastidores.

Elegeu-se presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado em 2021 e conseguiu se reeleger em 2023. Durante esse período, cuidou da articulação em torno da distribuição das emendas parlamentares.

O cientista político Leonardo Leite, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), destaca que Alcolumbre é um político habilidoso nos bastidores. O especialista, que também é doutor em administração pública e governo pela FGV, afirma que, apesar de ser jovem, Davi Alcolumbre deve continuar a defender os interesses do Senado e do Congresso em eventuais embates com os demais Poderes.

“Ele é um político com muito apetite pelo fisiologismo e pelas trocas da governabilidade em Brasília. Ele foi presidente do Senado antes, que não é uma

tarefa fácil. (...) Exige muita habilidade e muito equilíbrio na condução de algumas questões que podem desembocar numa crise institucional entre os Poderes, como a gente tem visto ultimamente. Os presidentes da Câmara e do Senado muitas vezes têm que sair a campo para apagar alguns incêndios nesse desequilíbrio da relação entre os Poderes”, avaliou.

### Escudo

Assim como deve ocorrer na Câmara, a tendência é que Alcolumbre acolha as demandas dos seus colegas parlamentares e defenda os interesses do Senado em caso de rusgas com o Judiciário, que seguirá a exigir transparência na destinação de recursos via emendas parlamentares.

“Alcolumbre tende a usar sua influência a favor dos parlamentares. Ele é um sujeito pragmático. E os parlamentares dependem das emendas como o oxigênio que respiram, porque isso irriga as suas bases eleitorais”, disse Leite.

Já com o Executivo, a relação é boa. Alcolumbre foi eleito com apoio do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que enviou seus ministros com mandato no Senado para votar no parlamentar.

Agora no União Brasil, um dos partidos mais poderosos no Congresso Nacional, o amapaense foi filiado a quatro partidos. Começou no PDT, em 2000; foi para o PFL, que depois se transformou no Democratas. Esse, por sua vez, virou o poderoso União Brasil, na união do DEM e do PSL.

## » CÂMARA | HUGO MOTTA (REPUBLICANOS-PB)

» VANILSON OLIVEIRA

Aos 35 anos, o deputado paraibano Hugo Motta (Republicanos-PB) foi eleito o mais jovem presidente da história da Câmara dos Deputados. Conhecido por sua habilidade como articulador político, sua ascensão meteórica ao cargo é reflexo de um longo trabalho de bastidores e intensa articulação. Filho e neto de políticos, Motta iniciou sua carreira política aos 21 anos, quando foi eleito com 86.150 votos, em 2010. Hoje, é um dos principais articuladores do Centrão e uma das figuras mais influentes do Congresso Nacional.

Motta vem, ao longo dos anos, assumindo papéis estratégicos e consolidando sua presença dentro do Legislativo. Em seu quarto mandato como deputado federal, acumulou experiência e habilidades políticas, circulando entre nomes como Rodrigo Maia e Eduardo Cunha, este conhecido pelo PT, como o algoz da presidenta Dilma Rousseff, no processo de impeachment. Com ampla articulação e o suporte de diversos partidos, conseguiu chamar a atenção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que inicialmente relutava em apoiá-lo por considerá-lo jovem, mas agora busca aproximação, especialmente diante da necessidade de alinhamento com a Câmara para a aprovação de projetos essenciais ao governo.

O parlamentar teve diversos embates com o Partido dos Trabalhadores. Além de votar a favor do impeachment de Dilma Rousseff, presidiu a CPI da Petrobras, que indicou 70 pessoas,



incluindo o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto. Outro ponto de pressão são as expectativas dentro do próprio bloco governista. Parte dos parlamentares defende que a Câmara assuma uma postura mais independente em relação ao governo, enquanto outra ala prega maior alinhamento com o Executivo.

O fato é que, ao assumir um dos cargos mais importantes do país, Hugo Motta terá de definir como conduzirá sua relação com os diferentes grupos políticos,

já que a direita, com 99 deputados, espera contar com seu apoio, principalmente para derubar vetos presidenciais, enquanto a esquerda, que tem 80 parlamentares, busca um diálogo mais próximo.

O novo presidente da Casa deve manter a mesma linha de articulação de Arthur Lira, apostando no pragmatismo político e na distribuição de cargos estratégicos para garantir apoio. Sua gestão pode representar a continuidade da força do Centrão, que

tem dominado a agenda política da Casa nos últimos anos.

Hugo Motta Wanderley da Nóbrega, médico por formação, nasceu em João Pessoa, Paraíba, em 11 de setembro de 1989, mas construiu sua base eleitoral em Patos, no sertão paraibano. Vem de uma família tradicional na política e é filho do ex-deputado estadual e atualmente prefeito de Patos, Nabor Wanderley.

### CPI da Petrobras

Atualmente, é titular da Comissão de Finanças e Tributação. Em 2015, foi presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou denúncias de corrupção na Petrobras, o que contribuiu para o desgaste político que levou à queda de Dilma. Em 2023, foi relator da PEC dos Precatórios, que limitou o valor de despesas anuais com precatórios. É autor de 32 projetos de lei e de 18 propostas de emenda à Constituição.

Entre seus principais projetos apresentados na Câmara dos Deputados estão a PEC 55/2011, que foi transformada na Emenda Constitucional 82 e criou a carreira de agentes de trânsito no sistema de segurança pública, além de estabelecer que a segurança viária compreende educação, engenharia e fiscalização de trânsito.

Em 2018, votou a favor das principais pautas do governo de Michel Temer, como a PEC do Teto dos Gastos e a reforma trabalhista, defendendo a necessidade de controle fiscal. Também foi um dos articuladores da liberação do Auxílio Emergencial durante a pandemia, em 2020.

**Brasil S/A**  
por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

## Vamos falar sério

A semana começa com o legislativo sob nova direção e os mesmos e velhos problemas de sempre: a partilha de recursos do orçamento da União, razão pela qual o ano virou sem que a lei orçamentária para 2025 (LOA) tivesse sido votada, a tentativa de cooptação das Casas do Congresso pelo governo sem maioria parlamentar e as sequelas de 31 anos de política econômica dirigida por frustrações fiscais.

A embalagem desse enrosco é feita para autoenganos, como tomar o aumento do produto interno bruto (PIB) no ano passado em torno de 3,5% e a taxa de desemprego de 6,6%, a menor da série histórica do IBGE iniciada em 2012, como sinais de pujança econômica, apesar de os déficits orçamentários recorrentes, o endividamento seriado do Tesouro e a carga tributária recorde entre países com renda per capita semelhante sugerirem uma economia incitada por aditivos.

O que define o crescimento econômico sustentado é o investimento em infraestrutura (logística, energia, redes digitais), em bens de capital (máquinas e equipamentos) e em construção civil. Não há o que destacar na ampliação desses segmentos, exceto em concessões de rodovias, como demonstra a taxa agregada de investimento — algo como 17% do PIB, vis-à-vis de 24% a 32% nas economias emergentes.

O problema é que assim tem sido há décadas. A taxa de juro real, ou seja, descontada a inflação, é a maior entre os países do G20 até onde a memória alcança. O déficit público nominal, que é o que importa por impactar o volume da dívida, fechou 2024 em portentoso 8,45% do PIB, resultado do déficit primário de R\$ 47,5 bilhões, adicionado de juros de R\$ 950,4 bilhões, outro escracho.

Não há o que comemorar com tais indicadores, ornados por enfeites legais, como exclusão de certos tipos de despesas (tipo o socorro às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul) da contabilidade de gastos monitorados pelos credores do papelório do Tesouro. Depois não adianta se queixar de “componente ideológico” das críticas.

O traço comum a estas três décadas de tentativas frustradas de ajustes fiscais é a crença de que o consumo move a oferta, o que não tem amparo em nenhum programa de desenvolvimento da história, seja na nossa dos anos 1950 a 1970, na reconstrução da Europa, do Japão e da Coreia no pós-guerra, nos EUA na depressão de 1929 e, mais recentemente, da China, Índia e Indonésia. Enquanto esse viés não for superado, vamos consumir ilusões até que nem isso haverá.

### Populismo neoliberal

O desenvolvimento regrediu de política progressista ao populismo peronista, contraditoriamente, no vácuo do chamado neoliberalismo dos governos Reagan e Thatcher, algo chocante vindo de governantes eleitos com discurso social. Na prática, consistiu na corrupção do pensamento econômico das “vantagens comparativas”.

Com mão de obra sem proteção trabalhista, sem sindicalismo livre, sem leis ambientais, dando subsídio financiado pela repressão dos seus consumidores, a China, mas não só, foi recebendo as fábricas fechadas nos EUA, e mesmo no Brasil, das multinacionais, sem que a governança local desses países se desse conta do desemprego que ia ficando para trás, destruindo comunidades inteiras. Foi nessa onda que Donald Trump se elegeu em 2016 e voltou, depois de Joe Biden e os democratas não conseguirem atender a revolta dos trabalhadores.

Trump se reelegeu prometendo tarifar importações, lidas por quem se opõe como política protecionista. Mas proteger o quê, se o que os EUA importam da China, por exemplo, não tem produção local? É mais lícito dizer que se trata de política industrial, dirigida a empresas dos EUA que produzem em outros países para exportar para o mercado americano. Empresas como Apple, que só cria o que faz nos EUA, comprando de terceiros o que vende. Como Nike, indústrias farmacêuticas, montadoras de carros etc.

Fosse uma economia planificada com partido único, os EUA poderiam emular a China, inserir um comissário do partido em cada empresa e mandar seguir o plano. Com democracia, faz-se isso com induções — impostos baixos, regulamentações só as necessárias, juro decente. Quando se discutiu algo assim por aqui?

### Relevante é baixar impostos

Chave no desenvolvimento é carga tributária baixa. A nossa é das mais elevadas entre as maiores economias, segundo a OCDE, o clube de regras econômicas baseado em Paris. Em 2022 (e hoje é maior), o total de tributos chegava a 33% do PIB, vindo abaixo da França, 46%, Itália, 43%, Alemanha, 39%, Inglaterra, 34%, e Canadá, 33%. Nos EUA, era de 28%. No pé desse ranking, Arábia Saudita, 8%, Indonésia, 12%, Índia, 12%, México, 17%, China, 20%. Turquia, 21%.

O contraste salta à vista: os países com maior crescimento do PIB nas últimas quatro décadas, China, Índia e Indonésia, oneram pouco a produção. Indonésia e outros asiáticos, como Vietnã, fazem mais: atraem investimentos em baterias, novas energias e nacionalização do refino de minérios isentando impostos por quatro a cinco anos.

E nós? Fazemos ajuste fiscal pelo aumento da receita tributária e a expansão do gasto tanto de custeio (vide o descontrolado da folha do Judiciário) quanto de transferências de renda. Se funcionasse, o juro do Banco Central seria de até 5% nominal, e olhe lá.

Trump vai nesta linha, tirando mais impostos, que são baixos, e, sobretudo, suavizando restrições regulatórias. E olhe que EUA são, entre os países do G7, a economia com melhor desempenho.

E nós? Não passa mês sem que o governo cogite endurecer as regras regulatórias, agora secundado pelo STF ativista e militante.

### Discussões apatetadas

Ah, amigo, se cortar impostos, o déficit explode! Sim, se faltar o que todos os governos desde 1988 têm sido relapsos: gestão de alto nível, altamente tecnológica e voltada ao progresso, não às castas do funcionalismo. Se os governos regionais forem eficientes etc.

E o dinheiro do investimento público virá de onde? Virá de onde tem vindo para bancar concessões de 20 a 30 anos, empenhando Capex e Opex (investimento e custeio) de R\$ 15 bilhões cada: de fundos privados nacionais e estrangeiros. Dinheiro há. E mais haverá se a confiança no país for alta. Todos usam esses dinheiros no mundo.

As novas mesas da Câmara, com o jovem deputado Hugo Motta (PR-PB) à frente, e do Senado, com David Alcolumbre (UB-AP), sabem o que os aguarda: o bafo quente de parte do STF no cangote, a pressão do PT acostumado a aliciar o centro fisiológico, a insatisfação com o legislativo de parcela crescente do eleitorado e a fadiga geral do empresariado com visões obsoletas. Se conseguirem demonstrar aos investidores um mínimo de visão nacional, o governo tentará fazer mais, ou será abandonado, e o populismo tenderá a enfraquecer.

O que será saberemos logo. Que não desperdicem o que têm em mãos. Já perdemos tempo demais com polarização e discussões apatetadas.